

Análise das características e tendências da atual situação internacional¹

Jorge Calvario dos Santos

Coronel Aviador, Doutor em Ciências em Engenharia pela COPPE/UFRJ e Chefe da Divisão de Assuntos Internacionais da Escola Superior de Guerra

RESUMO

O estudo analisa as características fundamentais da situação internacional. Tem como base o processo histórico-cultural e características lógico-culturais. Apresenta o significado e o papel da modernidade, do capitalismo, como seu modo de produção, bem como as características culturais que vieram a consolidar o atual quadro internacional. Sugere também possibilidades de superação da atual situação em que se encontra o mundo moderno.

ABSTRACT

This study analyses the fundamental characteristics of the international situation. Using as its background the historical-cultural process and logical-cultural characteristics, it presents the meaning and the role of modernity, with capitalism as its production mode, as well as the cultural

Ao longo do processo histórico de longo prazo, constatam-se a ascensão e queda de diversas culturas. Quando uma dessas culturas chega ao seu auge, passa a ser objeto de cobiça dos que pretendem ocupar o seu lugar. Esses são denominados bárbaros, pelos que ocupam posição de

destaque entre as culturas de centro, culturas nodais. O processo histórico é repetitivo nesse aspecto, uma cultura sucede a outra.

Uma das características da civilização é que ela é centro ordenador, legislador ou condutor que sabe do princípio e essência de todas as coisas e, portanto, sabe de sua condição de mando. A civilização se impõe, é paradigma e objetivo da barbárie.

LÓGICA DINÂMICA CULTURAL

Talvez Marx tenha cometido um equívoco ao afirmar que o grande processo da evolução humana é uma dialética de classes. Entendo que é uma dialética de culturas. Isso porque toda cultura em particular tem compromisso lógico² que melhor se mostra nos princípios dogmáticos de sua religião predominante. As culturas cujas lógicas inauguram, cada uma das etapas do processo de desvelamento, ao longo do processo histórico, são denominadas culturas centrais. Essa é uma visão básica e que de uma certa forma concilia a visão estruturalista com a visão historicista hegeliana.

A história da cultura pode ser representada por uma sucessão de culturas

centrais que não difere fundamentalmente de outras conhecidas concepções.

Esta concepção parece ser de grande importância teórica na medida em que o reconhecimento de um desejo cultural coletivo, similar ao desejo inconsciente pessoal, pode enfim abrir novos caminhos para uma melhor compreensão da efetiva articulação entre ser-social e ser-pessoal.

A cultura que se encontra no ápice de sua trajetória sabe que outra cultura lhe irá suceder, e por isso irá se constituir em seu permanente pesadelo. Ao sentir-se ameaçada, toda cultura finge já ser aquela que a ameaça e esta terá que necessariamente desmascará-la pelo estratagema. Talvez seja essa a motivação para sua projeção sobre o resto do mundo. Para Toynbee, a maior parte das vezes, a expansão geográfica é concomitante com um declínio real coincidente com uma época de perturbações ou com um Estado universal – que correspondem ambos a fases de decadência e desintegração. Sobre isso, assim nos diz Coelho de Sampaio:

Toda cultura, mais intensamente quanto mais chegada à maturidade, simula ou finge ser o que ainda virá, que, convenhamos, é o melhor que poderia mesmo fazer para embarçar o curso do processo hiperdialético da História³.

Para Marx, nenhuma formação social pode ser de fato derrubada, antes de terem esgotadas todas as suas potencialidades realizadoras. Isso é fundamental para o entendimento da razão de ser da situação internacional nessa etapa da história que denominamos modernidade.

Entendo que toda cultura tem o pré-sentimento de sua fragilidade constitutiva ante ao próprio processo histórico-cultural. Desde sempre, de modo mais ou menos claro, cada cultura sente qual deve ser o seu inexorável destino: acabar superada ou marginalizada pela cultura associada à lógica imediatamente subsequente à sua. Para conjurar tal tipo de ameaça congênita, que poderia haver

de melhor senão simular ou fingir que de algum modo já se tornou aquele novo ser cultural ou, pelo menos, que já soube incorporar os seus ameaçadores e ao mesmo tempo fascinantes poderes?

Toda cultura teria pois uma disposição desejante, que é seu verdadeiro motor imanente, tanto de suas admiráveis realizações, como de seus piores feitos, mas que ao final é o que a empurra para a frente, para a consumação do seu destino e de sua própria superação histórica. Toda cultura, mais intensamente quanto mais chegada à maturidade, simula ou finge ser o que ainda virá. Convenhamos que é o melhor que poderia mesmo fazer para tentar embarçar o curso do processo hiperdialético da história.

Deve-se observar que uma cultura, ao pressentir ameaçada sua hegemonia, se vale de muitos e diversos mecanismos de auto-justificação, (pela violência, até preventivamente, mandando executar os recém nascidos, pelas ideologias⁴, inclusive aquelas à esquerda e à direita, e tantos mais) e que a dissimulação aqui aludida é apenas um dentre eles. No entanto, na fase de esgotamento do seu vigor criativo, é o referido mecanismo de fingimento que assume o papel principal, pois já começam a se delinear em seu horizonte, ameaçadores, os contornos da nova cultura que virá sucedê-la.

O golpe fatal sobre qualquer cultura, todas o pressentem, só poderá vir mesmo da cultura que irá superá-la, e que de maneira inexorável irá confrontá-la, como não poderia mesmo deixar de ser, precisamente quando finge ser pós si mesmo. Quando procura mostrar que é aquela que irá supera-la. Isso porque a força que a tirará de seu caminho vem da cultura que assumirá a lógica imediatamente superior à sua, e que de maneira inexorável tem a decisão de confrontá-la. E quando isto ocorrer, também não se pode ter dúvidas, será a cultura vigente acusada justamente de

usurpação de um lugar que não lhe era lógica e historicamente destinado.

A visibilidade deste processo não deve ser lá muito fácil para os seus protagonistas, na medida em que as forças reais da subversão estarão necessariamente ali, operando a difícil combinação de um ideário fundamentalista (podendo por isso parecer retrógradas) com uma corajosa determinação de instrumentalizar o que até então era tido como valor supremo (podendo por isso parecer delirantes).

A probabilidade de subversão de uma cultura cresce naturalmente na proporção do seu cansaço, do esgotamento de seu vigor criativo, enfim, do desvanecimento do seu próprio desejo. Acaba-se a motivação, o estímulo ou a criatividade. Ela será então ultrapassada por uma nova cultura, o fruto esperado, tanto quanto terá sido negado, que estava já em gestação nas suas próprias dobras, margens e desvãos⁵.

PROCESSO HISTÓRICO-CULTURAL

As mudanças que conduziram a humanidade até o momento presente, com as características que todos conhecemos, começaram a tomar forma na Idade Média.

A cultura moderna, cultura dominante, hegemônica, no processo histórico de longo prazo, está associada e governada pela lógica clássica. A questão fundamental, e nem sempre facilmente percebida, é quem deva ser o sujeito dessa modernização. A problemática da modernidade, nada tem a ver diretamente com a ciência mas com o sujeito da ciência. Vale lembrar Freyer⁶ que parece confirmar isso, quando afirma que todas as ideologias modernas se reportam à ciência. Isso parece ser o caminho natural pois, no mundo de hoje, neste início de século XXI, a ciência e principalmente a

técnica estão presentes em todos os quadrantes da vida, tornando-se não o mais significativo instrumento de poder, mas, fundamentalmente, a essência do poder.

O sujeito da ciência para o paradigma anglo-saxônico é o sujeito liberal; para o comunismo ou o socialismo (esquerda), é o sujeito coletivo ou comunitário; para o nacional socialismo europeu (direita), é o sujeito inconsciente cultural, romântico, telúrico.

Não há quem rejeite ou recuse a ciência. Todos concordam em buscar o domínio científico e tecnológico que caracteriza a modernidade. Todos concordam em caminhar em direção a modernidade no sentido da busca do domínio do universo científico-tecnológico. Todos concordam em que se não tivermos os meios proporcionados pela ciência e pela técnica, vamos acabar sendo dominados, muito mais do que já somos, pelas nações que compõem e se constituem o centro da cultura hegemônica e, possuidoras de amplo domínio técnico e científico. Por isso, todos queremos nos modernizar. Não há quem não o queira.

Em síntese, a modernidade, para nós deve ser olhada não como um paradigma, mas como a questão da ocultação ou dissimulação de um paradigma.

Ao analisarmos os discursos manifestamente explícitos sobre a modernidade, ou sobre seu modo de produção; o capitalismo ou em sua forma operacional, a globalização, identificaremos que todos eles procuram camuflar ou dissimular qualquer tipo de discurso que tenha como sujeito o verdadeiro sujeito da modernidade. Todos procuram omitir o discurso sobre quem deva ser o sujeito da ciência. Isso é fundamental pois, essa é a questão crucial. Todos são a favor da ciência. Não há quem não o seja.

O que se quer mostrar é que todo esse discurso sobre a modernidade é, no fundo, um discurso de uma opção de sujeito da

ciência que se intenciona dissimular. Entretanto, cabe refletir sobre a modernidade como ideologia. De fato, no final do século XX testemunhamos o declínio e morte das ideologias, mas também constatamos o surgimento da ideologia de todas as ideologias, a modernidade. Entretanto, ideologia essa criada pela modernidade, encontra-se em perigo, como a ideologia do fim da história, ou seja: ser pös si mesmo.

MODERNIDADE

Entendemos Modernidade como sendo um nome atraente e cativante, atribuído a uma cultura, em cujo âmago vive a ciência, que a governa, com o seu inesgotável poder de cálculo de todas as coisas.

Ciência e consciência caracterizam a modernidade anglo-saxônica tal como afirma Richard Morse⁷. Isso é o mesmo que mundo geometrizado, calculável, tendo como sujeito o *cogito*. A consolidação da modernidade, não só pela adoção da *cientificidade*, mas pela descoberta do sujeito que lhe é próprio, foi realizada pelo protestantismo.

Em função das características e pelas influências da hegemonia cultural, anglo-saxônica, nós, seres humanos, estamos perdendo nossas características humanas, em benefício ou malefício de uma racionalização técnica que, conduzida como está, tem trazido miséria, dominação e infelicidade ao homem pelo próprio homem. Certamente existe outro modo de evoluir, de progredir, de perseguir o bem comum, sem que o ser humano viva num estado de dominação, sob controles sociais, sem perder suas características humanas, com liberdade total de pensamento, de modo a ter a possibilidade de efetivar sua plena realização. Com certeza, a ética e o bem comum estarão presentes em todas as respostas. Tomando como referência Ortega y Gasset, faz-se

necessário lembrar que o homem deve viver com a técnica, mas não da técnica pois para isso ela é por ele criada e desenvolvida.

Os detentores do poder têm na tecnologia um poderoso instrumento, pois através dela podem fazer com que sejam suprimidas as verdadeiras finalidades da vida. A técnica, realmente, sempre faz parte dos meios de poder. Na história da humanidade, a arma é tão antiga quanto o instrumento, e o poder induz os homens à mais grave das tentações. Num mundo onde a técnica é fundamental ou mesmo essencial, faz-se necessária a racionalização do mundo para que os detentores do poder tenham apropriadas condições técnicas que lhes possibilitem manter o controle.

Max Weber alerta que a racionalização é a ampliação do perímetro social sujeito aos critérios da decisão racional. A isso corresponde a industrialização do trabalho social com a conseqüente ação instrumental do trabalho social. Penetram também em outros setores da vida. A racionalização é função da ciência e da tecnologia, que são governadas pela lógica clássica. A progressiva racionalização da sociedade depende da implementação do progresso técnico e científico.

A sociedade industrial e pós-industrial, com a crescente utilização da tecnologia, conduz o comportamento humano à extrema racionalização de seus procedimentos e mesmo de seu pensamento. As novas gerações não conseguem escapar à lógica da sociedade e, sem perceber, vão ficando, também, tecnificadas. O indivíduo e a família tornam-se cada vez mais dependentes do sistema, e os valores dominantes são o individualismo, o egocentrismo, o egoísmo e o narcisismo. O subjetivismo, inerente ao ser humano, vai aos poucos sendo recalçado. O pensamento torna-se pragmático e programático.

H. Marcuse alerta para o fenômeno de que nas sociedades industriais mais avançadas a dominação tende a perder o caráter explorador e opressor e vem tornar-se *racional*, sem que por isso desapareça a dominação política. *O domínio está agora condicionado pela capacidade e pelo interesse em manter o aparato em seu conjunto e ampliá-lo*, afirma. H. Marcuse crê poder reconhecer a repressão objetivamente, na *intensificação da subordinação dos indivíduos ao imenso aparato de produção e distribuição, na desprivatização do tempo livre na quase indiferenciável fusão do trabalho social produtivo e destrutivo*. Porém, paradoxalmente, essa repressão pode desaparecer da consciência da população (Habermas, 1992).

A população não pode sequer perceber a repressão a que está submetida, já que a legitimação do domínio adquiriu um caráter distinto: agora com o apelo pela *crescente produtividade e crescente dominação da natureza, que também proporciona aos indivíduos uma vida mais confortável*⁸.

A racionalização dos homens, consequência da hegemonia de uma cultura que se submete à ciência, exige um pensamento universal, limitado e único.

Em sua crítica a Max Weber, H. Marcuse conclui que: *O conceito de razão técnica é possivelmente o mesmo que ideologia. Não só a sua aplicação mas já a própria técnica é domínio sobre a natureza e sobre os homens: um domínio metódico, científico, calculado e calculante. Não que determinados fins e interesses de domínio só se incorporem à técnica a posteriori e a partir de fora, mas entram já na construção do mesmo aparato técnico. A técnica é, em cada caso, um projeto histórico-social; nele se projeta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes têm o propósito de fazer com os homens e com as coisas. Tal propósito de domínio é*

material e, com esse sentido, pertence à própria forma da razão técnica ⁹.

Realmente, todo um corpo de idéias sobre o uso da técnica como instrumento de controle ou de dominação é desenvolvido. Todo o aparato técnico existente e outros mais são desenvolvidos já considerando o objetivo de dominação.

A tecnologia moderna representa perigo quando levada a ameaçar a autonomia e dignidade da pessoa humana pelo *controle remoto* tecnológico, ou seja, a manipulação do indivíduo pelas estruturas tecnológicas de poder¹⁰.

Esse quadro é semelhante ao que ocorria com os povos astecas que conheciam a roda mas não a usavam. Seus sacerdotes os havia convencido a ver na roda um grande perigo que somente a sabedoria dos sacerdotes podia controlar. Por tal razão, apenas aos sacerdotes era permitido usar a roda. A história da humanidade oferece muitos exemplos de comportamento semelhante para manutenção de poder. Sempre existiram *sacerdotes* capazes de exercer o poder, pelo domínio do conhecimento. Naturalmente que, para que isso fosse possível, existiram crédulos que se deixaram dominar por renunciarem à discussão, à reflexão e à acumulação de novos conhecimentos.

No início da civilização, talvez o conhecimento estivesse na roda. Na Idade Média, quem sabe, nas bibliotecas monásticas. Nos dias de hoje, certamente, está na ciência e tecnologia desenvolvidas nos últimos cem anos. Pelo domínio da ciência e da tecnologia, as nações ricas e mais industrializadas detêm enorme parcela de poder. Quem não domina o conhecimento científico e técnico contemporâneo, submete-se aos *sacerdotes* dos dias atuais: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Conselho de Segurança da ONU, Organização Mundial de Comércio ou as potências detentoras de poder econômico-militar.

As sociedades ditas avançadas, ou seja, as sociedades que se fazem cultura central, parecem aproximar-se e impor um tipo de controle de comportamento dirigido, não por normas ou regras, mas por estímulos externos.

H. Marcuse faz um importante alerta, pois, no processo de modernidade, a tecnologia é o instrumento fundamental que proporciona condições que permitem manter ou aumentar a supremacia das nações centrais ou mais desenvolvidas. Para manter o *status quo*, as nações mais desenvolvidas monopolizam a ponta do conhecimento científico e tecnológico. Criam restrições à sua transferência e procuram inibir seu desenvolvimento nos países periféricos, usando para isso artifícios ou mesmo pressões de toda ordem. Tal comportamento cria uma espécie de *apartheid* tecnológico, que praticamente impede o desenvolvimento e o progresso das nações menos favorecidas, onde a doença, a fome e a pobreza cada vez mais se destacam. Isso significa a imposição de um colonialismo tecnológico, implicando o bloqueio do desenvolvimento científico e tecnológico dos países periféricos em áreas avançadas. Antes de tudo, significa restrições à liberdade e à evolução do ser humano em sua essência. Creio que, sem receio de incorrer em algum tipo de erro, posso afirmar que, de fato, a modernidade é a utopia que esconde a ideologia da dominação.

Quando analisamos os acontecimentos no cenário internacional, identificamos, nas ações dos países desenvolvidos e nos organismos multilaterais, comportamentos que atestam o que nos diz Bartholo, ao afirmar que: *A Ciência como Técnica se transforma na substância de coesão de um mundo artificial, que impregna e tutela a vida cotidiana dos indivíduos e nações*¹¹.

A tese de H. Marcuse de que a ciência e a técnica são igualmente usadas como

instrumentos para legitimar a dominação nos proporciona o entendimento da postura e da política dos países mais desenvolvidos, no processo de modernidade que procuram impor à demais nações.

EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO

Num mundo em que os países têm se construído em função de sua dimensão econômica, tem sido pela injeção, de modo regular e persistente, de ganhos de eficiência no aparelho produtivo, proporcionado pela tecnologia, que tem tornado possíveis o surgimento e a consolidação do processo de acumulação capitalista. O incremento da eficiência é pré-condição para a acumulação. Este meio, nos afirma Coelho de Sampaio, foi a técnica sistematicamente alimentada pela ciência. O processo de acumulação, do ponto de vista econômico, é uma das bases de sustentação do modo de produção do capitalismo, uma das principais e mais marcantes características da modernidade. Assim, não é difícil aceitar e compreender, que por trás do aumento de produtividade esteja, necessariamente, a melhoria das técnicas e, como não pode deixar de ser, por trás desta, a ciência.

Em termos diretos e objetivos, assim afirma Coelho de Sampaio: *Capitalismo é o modo de produção próprio à modernidade, que tem como seu núcleo exclusivo e irreduzível a ciência e sua lógica calculadora do mundo*¹².

Assim, em princípio, como seria possível a um sistema, concreto ou simbólico, teórico ou prático, evoluir de modo a acompanhar as vicissitudes do processo histórico? Existe, obrigatoriamente, um nexo entre um saber e um modo de pensar. Coelho de Sampaio nos mostra que para que uma cultura científica possa sobreviver, é necessário que, ao

longo do tempo, entre um sistema e outro, venha a surgir um sujeito transcendental, sujeito intervalar, entretanto com bastante vigor para recompor um novo sistema que deverá substituir o anterior.

O sujeito intervalar é livre com relação aos sistemas ou à ciência. Entretanto, ele está acorrentado ao processo geral da instituição da racionalidade. É um sujeito sujeitado à cientificidade que se pretende calcular e reger os destinos do mundo. Assim, ciência e sujeito liberal intervalar – sujeito intervalar *hollywoodiano* – passam a constituir a parte visível e afirmativa da modernidade.

A modernidade mostra apenas seu lado ameno, mais alegre e mesmo promissor que é constituído pela ciência e pelo sujeito liberal consciente. Entretanto, a estrutura não poderia se sustentar sem que houvesse sólidas bases. Que bases seriam essas? Se na parte visível da estrutura estão a ciência e seu sujeito liberal intervalar, o que constituiria a parte não visível da estrutura da modernidade? E, como questiona Coelho de Sampaio, como poderia tal parte da estrutura, não aparente, acontecer e ter passado despercebida até os dias atuais?

Para Coelho de Sampaio, a resposta está no próprio processo histórico, no episódio anômalo, instrutivo e castrador de caça às bruxas que é sintoma de uma cultura em processo de decadência, manifesta em uma terrível etapa conhecida como *Idade das Trevas* que ocorre em paralelo com a institucionalização do pensamento científico¹³, da aristotelização entre o auge de Copérnico e Galileu.

Os episódios dramaticamente repressivos, punitivos que caracterizaram a Inquisição, ocorreram justamente após a aristotelização (racionalização) da teologia cristã, programada por Santo Alberto Magno e bem executada por São Tomas de Aquino. Cabe ressaltar que nesse mesmo período, foram consolidados a maioria dos Estados europeus modernos.

Se o lado aparente da estrutura da modernidade era constituído pela ciência e seu sujeito liberal intervalar, no outro lado, o lado não visível, era construída suas bases, suas fundações. Essas foram estruturadas com o recalque, a ferro e fogo da feminilidade. Nesse momento histórico, no processo de *caça às bruxas*, teriam sido torturadas e executadas mais de cem mil mulheres. Era realizado o recalque da história e do desejo inconsciente e de suas lógicas associadas: à lógica dialética e à lógica da diferença. Isso, segundo Coelho de Sampaio, de certo modo inevitável, para ressaltar a masculinidade, o projeto e suas lógicas, a lógica da dupla diferença ou lógica clássica (que governa a ciência) e a lógica transcendental (que governa o sujeito liberal).

Era necessário, concomitantemente, efetuar o recalque: de um lado o inconsciente, e do outro, a história. A Inquisição, o processo de caça às bruxas, surgiu para concretizá-lo.

Sobre isso, Coelho de Sampaio nos diz que: *Como o desejo é desejo de desejo, desejo de reconhecimento, a melhor forma de apear o desejo no homem era sufocar o desejo na mulher. Para que os homens se concentrassem no cálculo de todas as coisas do mundo nada de mais funcional poderia haver, na circunstância, do que “esfriar” as mulheres – e isso esteve sempre bem posto nos propósitos e discurso protestante, particularmente calvinista¹⁴ (Coelho de Sampaio, 2000/B).*

A negação do desejo inconsciente e da história está na essência, escondida, não visível, do capitalismo. Essas duas dimensões lógicas, recalçadas, não foram apagadas ou desapareceram para sempre, pois elas acabam voltando.

Mas como explicar o dinamismo da economia atual? Esse dinamismo não mais decorre da produção nem do processo de acumulação, mas principalmente da capacidade de manipulação do imaginário

das grandes massas pelas modernas e eficientes *técnicas* de marketing. O desejo inconsciente teria sido afinal domesticado e integrado à economia.

A domesticação do inconsciente em benefício da economia é produto da Escola Marginalista que pensa a economia a partir da demanda, do desejo e por isso conduz ao consumo. A Escola Marginalista, também conhecida como neoclássica ou austríaca, nasceu em Viena, na Áustria, local onde posteriormente surgiu a Psicanálise. Teria sido mera coincidência, pura decorrência ou a escola surgiu a partir do pensar dos que pensavam sobre o pensar inconsciente o que viria a se chamar de psicanálise?

Quando vemos o que é uma empresa, constatamos que ela tem seu rumo definido pelo cálculo da taxa de retorno de capital. Quando pensamos em instrumentos de planejamento, identificamos as técnicas qualitativas de previsão. O que se busca com isso? Apenas tentar antecipar o futuro, ou criar o futuro, para reduzi-lo à um simples processo de acumulação de capital.

O capitalismo produtivista provocou um *mal estar* que foi razão suficiente e necessária para o surgimento da ordem dos jesuítas. Os integrantes da ordem, foram os primeiros a aceitar a ciência. Entretanto, diferentes dos protestantes, os jesuítas substituíram o sujeito liberal pelo sujeito coletivo, representado por um poder simbólico, absoluto. Com isso, propuseram uma solução para a questão do sujeito da ciência, contudo, segundo Coelho de Sampaio, não conseguiram fazer uma crítica objetiva profunda da nova realidade científica e econômica que surgia em sua frente.

O marxismo teve o mérito de explicitar, ainda que não completamente, os determinantes profundos do modo de produção capitalista, próprio à modernidade. Suas características, a

racionalidade e o espírito individual de iniciativa, não seriam negadas. Entretanto o fundamental para compreensão do que surgia era a abertura do lado não visível da modernidade. O lado onde o processo de acumulação de capital operava. Esse primeiro modo de produção, vinculado a modernidade, o capitalismo produtivista ou apenas acumulação, prevaleceu até o final do século XIX.

O século XIX foi palco de fortes pressões exercidas pelos movimentos revolucionários e reformistas, que proliferaram e forçaram o capitalismo a uma resposta. Assim, o capitalismo utilizou o que Coelho de Sampaio denomina de sua reserva estratégica: o desejo recalcado das massas. O capitalismo de marketing ou consumista já havia sido anunciado pela escola marginalista neo-clássica, surgida na Áustria, trinta anos antes do fim do século XIX, que vai localizar a fonte do dinamismo econômico ou projeto, não mais na oferta, mas na demanda ou seja, no desejo. Ainda que exaurido em suas reservas estratégicas, configura-se assim, o modo de produção próprio à modernidade.

O dinamismo, observado, da economia atual não mais decorre da produção, mas tão só do ímpeto do processo de acumulação, entretanto fundamentalmente da capacidade de manipulação do imaginário das massas pelas técnicas de marketing. Coelho de Sampaio define o momento atual do capitalismo, como sendo a etapa em que o desejo inconsciente teria sido afinal domesticado e integrado à economia. E é isso que vemos hoje por todo o tempo e por todos os lugares.

Surgia, assim, a era do capitalismo de marketing ou consumista. Assim, a modernidade modificava seu caráter desbravador para o novo caráter civilizatório. Agora constituía-se no vetor

de universalização de uma cultura¹⁵. O imperialismo, antes, um modo de dominação militar, em seguida um modo de dominação econômica, inicia sua transformação para tornar-se uma máquina de extermínio de culturas, das demais culturas. Isso configura a nova condição da modernidade que de feroz opressora torna-se impiedosa etnocida.

A história da humanidade tem sido caracterizada por uma sucessão de crises. A crise generalizada que atinge o mundo neste início de século não é um fato insólito ou singular. As transformações decorrentes atingiram as estruturas política, econômica e cultural dos Estados Nacionais.

O mundo, neste momento histórico, sofre as conseqüências do que podemos entender como uma das difíceis e sofridas fases da evolução humana, conseqüências da hegemonia de uma civilização em seu ápice, de uma cultura do espaço, no momento de sua projeção sobre o mundo.

A época em que vivemos, foi denominada por Edgar Morin de idade de ferro planetária. Denominação pertinente pois, desde há algum tempo, constatamos um processo de ocidentalização do mundo, onde é procurado instalar a globalização das idéias: a globalização das guerras, em cuja maioria por razões culturais, mas que muitas vezes atendem aos interesses da cultura hegemônica; a esperança da humanidade cedeu lugar à desesperança; a globalização econômica, que viabiliza o processo de interferência cultural que objetiva a subordinação das culturas mais frágeis; e a virtualização do mundo que retira da pauta a realidade dos fatos, tornando relevante sua versão e a tentativa de consolidação do pensamento e consciência única que tornariam a humanidade semelhante ao protagonizado no Admirável Novo Mundo, de Aldous Huxley.

Por conseqüência da hegemonia cultural anglo-saxônica, constatamos que no segundo quartel do século XX e nesse início de século XXI, tem se formado uma, jamais vista, concentração de poder e riqueza, contraposta à ilusão da democratização. Como conseqüência direta, formou-se o monopólio das decisões mais importantes a nível mundial, bem como a busca à monopolização do conhecimento técnico-científico.

A diferença entre a crise atual e as que as precederam está no seu caráter massivo, abrangência e simultaneidade universal, em que os agentes desestabilizadores atuam recorrentemente na totalidade do espaço geográfico, deixando ver o agudizamento das contradições do sistema em meio à difusa movimentação horizontal e vertical de inúmeras variáveis, causando, não raro, perplexidades.

Em tais circunstâncias, nem sempre é percebido um fato fundamental: a concentração, ou tentativa de concentração do poder decisório jamais vista, como decorrência da progressiva concentração do capital, contraposta à ilusão de sua democratização, cuja conseqüência no plano teórico é a ideologia do fim das ideologias. Tal é o caso da ideologia de *O Fim da História*, de Francis Fukuyama, estabelecendo que o neoliberalismo é o estágio final do desenvolvimento da sociedade humana.

À medida que a má utilização dos benefícios propiciados pela tecnologia dispensa a participação do homem no processo produtivo, este acaba perdendo seu valor intrínseco. Seus valores individuais tendem a modificar-se, sua dignidade é afetada, seu amor próprio e auto-estima, começam a degradar-se. Como conseqüência, a política empresarial passa a transferir para o Estado, obrigações que descaracterizam sua responsabilidade social. O homem

passa a não ser tão importante. As preocupações com o homem como objeto maior, como razão de ser da evolução tecnológica, deixam de existir.

É um sistema em estado de falência em seus próprios centros de comando e que pretende sobreviver pela monopolização das decisões, com base na lei de sobrevivência do mais forte, ou seja, da nação hegemônica. Isto é, implantando-se um jogo cuja regra básica é que todos transfiram para um, porque dotado da condição de única potência militar hegemônica, assume o direito de legislar sobre os interesses e soberania dos demais Estados, julgando-se “única forma de salvação da humanidade”. Todavia, essa falência pode significar a fase final de transformações qualitativas que denunciam o “Fim da História” exatamente para aquele sistema que pretende ser, ele próprio, o fim da história.

É a violência sob os mais científicos métodos para chegar à dominação hegemônica de um só. Esse o produto final da sociedade industrial, que não tem como objetivo principal o homem, mas que sob a ótica da maximização do lucro e da eficiência se complicou com a pulverização da divisão social do trabalho, da excessiva subdivisão de classes sociais, da geração do poder burocrático e tecnocrático tanto no setor público como no setor privado. Para o atendimento da consolidação do poder decisório centralizado, no qual a tecnologia é fator preponderante, a sociedade industrial não eliminou os conflitos de classe nem entre o capital e o trabalho. Na verdade, diversificaram-se a natureza e a força dos conflitos, dissimuladas na suposta divisão do poder decisório e, pode-se dizer que a tecnologia é fator principal, frente ao qual capital e trabalho como antagonismos sociais têm uma nova cara: desemprego e tecnologia, saber e ignorância, pobreza e concentração da riqueza, com suas graves conseqüências.

O entendimento da crise atual, que coloca o Estado Nacional Soberano no centro, só pode ser alcançado ao se conseguir estabelecer onexo causal entre Poder e Ideologia; Ideologia e Cultura; Poder e Cultura, Ideologia e Técnica; Divisão Social do Trabalho e Poder.

Neste início de século, o mundo parece ter entrado num período de profundas e desordenadas mudanças. As transformações no Leste Europeu, o surgimento de blocos econômicos regionais, o aparecimento ou, em certos casos, o ressurgimento de novos eixos de conflitos nos sugerem que o mundo pode estar no limiar de uma nova era. Uma era que no início era chamada de “Nova Ordem Mundial”, hoje se chama de “Nova Ordem em Transformação” e amanhã quase certamente se nomeará de “Desordem”.

Periodicamente, ainda que tais períodos não estejam sujeitos a alguma lei de formação, alguma nação ascende no cenário internacional com poder e determinação para interferir no sistema internacional, em nível mundial ou regional, e formatá-lo, de acordo com seus interesses, atualmente os Estados Unidos da América.

Pela terceira vez, os Estados Unidos manifestaram sua intenção de construir uma nova ordem mundial, tendo como paradigma seus valores domésticos e seus interesses.

Com Woodrow Wilson, em 1918, durante a Conferência de Paz, em Paris. Ao final da Segunda Guerra Mundial, Franklin Delano Roosevelt e Harry Trumam pretenderam transferir ao mundo o modelo norte-americano. Após a Guerra Fria, os Estados Unidos tornaram-se a única superpotência com capacidade de intervir em qualquer parte do mundo. Bush declarou que uma nova ordem estava se iniciando.

George Bush, ao expor o objetivo da Nova Ordem, ele o fez nos termos de Woodrow Wilson, quando disse: “*Temos*

a visão de um novo grupo de nações que transcende a Guerra Fria. Um grupo baseado na consulta, cooperação e ação coletiva, especialmente através de organizações regionais e internacionais. Um grupo unido pelo princípio e pela regra da lei e apoiado por uma justa divisão de custos e compromissos. Um grupo cujos objetivos são incrementar a democracia e a prosperidade, incrementar a paz e reduzir as armas.” (Kissinger, 1994).

O Presidente Clinton definiu os objetivos norte-americanos em termos semelhantes: *“Em uma nova era de perigo e oportunidades, nosso propósito de sucesso necessita ser expandido e fortalecer a comunidade do mercado mundial, fundamentada na democracia. Durante a Guerra Fria, pensamos em deter a ameaça à sobrevivência das instituições livres. Agora nós buscamos aumentar o círculo das nações que vivem sob essas instituições, livres para nossos desejos e o dia que as opiniões e energias de todas as pessoas no mundo darão toda expressão num mundo de democracias bem sucedidas que cooperam umas com as outras e vivem em paz.”* (Kissinger, 1994).

O mundo, nessa nova ordem, vive em permanente instabilidade. Toda nova ordem mundial, encerra em si, uma pretensão de ser permanente. A Paz de Westfália durou 150 anos, o sistema internacional decidido no Congresso de Viena durou 100 anos, a ordem caracterizada pela Guerra Fria durou 40 anos. Como vemos, as ordens mundiais têm durado cada vez menos, apesar de suas aspirações de eternização.

No século XXI, é a tecnologia que predomina fortemente, mas sem perder o componente ideológico. Ideologia que combate o Estado Nacional soberano, que defende a competição econômica em lugar da cooperação, que defende um sistema de política econômica, que transfere

riqueza das nações pobres para as nações ricas, onde o ser humano fica à margem e não no centro do processo. Como a ideologia de todas as ideologias, o processo de consolidação da hegemonia anglo-saxônica, busca perpetuar o predomínio dos mais fortes sobre os mais fracos. Procura manter as nações periféricas como fornecedoras de *commodities* e matérias-primas, em benefício das mais industrializadas e desenvolvidas.

A estrutura que sustenta a modernidade, é apoiada por gigantesco acervo de conhecimento técnico e científico, mas que restringe o acesso, a cada indivíduo, a apenas o que é determinado pela organização. Mesmo nessas condições, de trabalho, de aprendizado e de realização, o indivíduo tem a sensação de felicidade. Isto, porque ele, desde o nascimento, foi condicionado, sendo-lhe a satisfação e a felicidade proporcionada, como diz Lorenz, por meios psicofarmacológicos.

Um aparato de dominação possibilitado pela técnica e provido de um sistema de doutrinas, tende, em função do tempo, a desenvolver mecanismos próprios destinados a eliminar qualquer reação.

No processo de evolução da humanidade, a tecnologia tem papel relevante e fundamental. Na verdade, toda a evolução material é dependente da tecnologia. Nas sociedades industrializadas e mais desenvolvidas, observa-se que o aparato técnico de produção determina as atitudes socialmente necessárias, necessidades e aspirações individuais. Desse modo, como afirma H. Marcuse, a oposição entre a existência pública e privada, entre as necessidades sociais e individuais, é suprimida. Assim, *“a tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social”*. Isso ocorre, na grande maioria das vezes, sem que seja identificado pelos indivíduos. A aceitação é passiva e total. O técnico, o

moderno, dita as normas, faz a pauta das necessidades e aspirações, e todos aceitam. A sociedade industrial tecnológica, na verdade, “*é um sistema de dominação que já opera no conceito e na elaboração das técnicas*”.

Como uma das formas de controle, na sociedade industrial, tem-se a limitação da liberdade. Essa limitação acontece de forma suave e confortável. Nessa sociedade, as iniciativas individuais de realização pessoal são cerceadas em benefício da concentração de empreendimentos individuais, em organizações mais eficazes e produtivas. O incentivo e a regulamentação da competição, aparentemente livre, entre entidades econômicas desiguais, são exemplo clássico da limitação ou cerceamento da escolha ou da cooperação.

Nas sociedades industrializadas, o poder político se firma e se afirma, se for capaz de garantir o êxito da produtividade técnica e científica, de modo que o aparato industrial atenda as necessidades reais e virtuais dos indivíduos. Nesse cenário, “*o mundo do trabalho se torna a base potencial de uma nova liberdade para o homem no quanto seja concebido como uma máquina e por quanto seja concebido como uma máquina e, por conseguinte, mecanizado*”.

A sociedade industrial tem como características importantes, a forte necessidade de incrementar a produção para provocar o aumento desregrado do consumo e desperdício, a necessidade de manter a “livre” competição a preços administrados e uma imprensa dita livre mas dependente daqueles que a patrocinam, direta ou indiretamente. Essas características compõem as formas de controle social.

A modificação ou o direcionamento dos hábitos de pensar, que termina por inibir ou limitar a capacidade de refletir, objetiva direcionar as idéias com as que se ajustam ao sistema e afastar as que com ele não se adequam.

VERTENTE CULTURAL

O perfil de uma nação é dado pelo complexo de padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade, civilização, que se denomina cultura. Ela se origina numa estrutura antro-po-ecológica e se enriquece com o aporte de civilizações anteriores. A partir dali, a cultura se vai integrando com as contribuições provenientes de duas vertentes: a popular e a intelectual.

No decorrer da história, observa-se que muitas nações são lideradas culturalmente por poucas outras. De modo geral, quase que sem exceção, as que lideram usam essa liderança cultural para induzir e, até mesmo, forçar determinadas atitudes políticas das nações menos poderosas.

Quando se considera a interferência cultural, devem-se diferenciar dois aspectos: um que pertence à cultura dominante, outro que deve desenvolver-se na confluência da cultura da nação menos poderosa com a dominante, e que não acarreta modificações prejudiciais. Porém, o aspecto nefasto de tal influência é quando ela tende a restringir ou limitar a independência nacional mediante o condicionamento intelectual da classe dirigente e da parte da população de melhor nível de escolaridade dos países satélites. A isto chamamos de colonialismo intelectual.

O perigo para a nação se expressa no campo político-econômico, porém, se explica melhor na área cultural. Com o tempo se consolidam os laços de dependência política e econômico-financeira.

Dentre as formas mais antigas e difundidas de colonialismo no campo militar tem-se o estabelecimento de missões militares de assessoramento, acordos e operações militares conjuntas. Como é lógico, os assessores conduzem o processo e dão as informações que seus superiores querem que sejam fornecidas

e de modo que não produza divulgação de informação de real valor. Procurarão fazer com que sua doutrina seja incorporada pelo setor militar de modo a subordiná-lo culturalmente. Outra maneira de conseguir tal subordinação cultural é a participação em cursos militares oferecidos pelos países mais poderosos.

Em essencial, o condicionamento cultural pauta condutas, fazendo com que sejam feitas da maneira que convém ao poder hegemônico e não da que seria conveniente a cada uma das nações periféricas e sem poder.

As nações hegemônicas tendem a ter um comportamento imperial. Procuram impor sua vontade, quer pela força, quer por pressões de toda ordem. Nos dias atuais, essa postura hegemônica é feita com uma aparência democrática e com “respaldo” da Organização das Nações Unidas (ONU), de modo a que suas ações tomem um aspecto de legitimidade.

Característica de um Estado hegemônico único, logo de um Estado imperial tal qual Roma o foi, é a extensão geográfica. Extensão essa que tende inexoravelmente a alcançar dimensão planetária. Tal extensão não é mais obrigatoriamente alcançada por meio de ocupação militar, mas pela subordinação das nações periféricas aos interesses da nação hegemônica.

Como principal instrumento de colonialismo tem-se a ideologia. No processo de colonização intelectual, a ideologia é imposta pela nação dominante como elemento de coação. Atua tal como uma força que mantém em órbita seu satélite. Os países que integram tal sistema tendem a aceitar a disciplina ideológica e sofrer com suas nefastas conseqüências; dentre elas se inclui a perda da sua soberania.

Tal situação induz a um outro quadro de divisão do mundo, uma divisão que não envolve os Estados-Nações, que não

reconhece fronteiras nacionais, que envolve tão-somente indivíduos, a divisão entre ricos e pobres, entre culturas fundamentalmente. A facilidade das comunicações, homogeneiza conhecimentos, padronizando formas de comportamento.

CULTURA E IMPERIALISMO

Nesse final de século, o processo colonial difere do praticado nos séculos passados. Aquilo que é denominado de relação Norte—Sul, com fortes tendências a alguns tipos de conflito, é o ressurgimento das antigas divisões entre colonizador e colonizado. Postura defensiva, confronto ideológico, inúmeros tipos de combate retórico e uma hostilidade latente são conseqüências dessa nova relação ou divisão do mundo.

O mundo vive num ambiente em processo de globalização sujeito a fortes pressões políticas, econômicas, sociais e ecológicas. Até quando é possível suportar tais pressões? Modelos prontos para uma ordem harmoniosa entre as nações não existem. Propostas de convivência pacífica não têm lugar porque o que prevalece são os interesses das nações mais poderosas. Podemos observar que o processo rumo ao imperialismo teve como importante conseqüência o domínio da maior parte do mundo por poucas potências.

Os ocidentais, particularmente os europeus, realmente deixam suas antigas colônias na África e na Ásia. Apesar de terem saído fisicamente, conservaram-nas dependentes política e economicamente. Conservaram-nas como mercados, de certa forma cativos, mas, principalmente, mantiveram suas antigas colônias atreladas ideologicamente de modo a manter domínio político e cultural.

A grande ação imperial deste século é a projeção cultural-militar estadunidense. Ela procura, e de certa forma consegue,

envolver todas as nações do globo. As nações mais industrializadas, apoiadas por uma máquina militar jamais vista, procuram manter o *status quo*, de modo a inibir o desenvolvimento das nações periféricas e manter seus atuais níveis de bem-estar. Para tal, chegam a preconizar que o “ocidente” encerrou sua trajetória tendo chegado ao “fim da história”, como disse Francis Fukuyana. O imperialismo não acabou. Não virou uma página da história, não é passado por causa da descolonização, o fim dos impérios clássicos. O imperialismo tomou nova forma.

No prefácio à segunda edição de seu livro, “Após o Imperialismo”, Michael Barrat-Brown afirma “*que o imperialismo ainda é, inquestionavelmente, uma força poderosíssima nas relações econômicas, políticas e militares por meio das quais as nações menos desenvolvidas economicamente estão subordinadas às mais desenvolvidas economicamente. Podemos ainda aguardar seu fim.*”

Uma das características marcantes dessa nova formatação mundial é, sem dúvida, o abismo econômico entre os Estados ricos e pobres, que é acentuado gradativamente. Essa desigualdade foi traçada com realidade pelo *Relatório Brandt, (Norte—Sul): Um programa para a sobrevivência - 1980*. A tendência do processo hegemônico é o aumento do cinturão de riqueza e poder pelas nações centrais, em especial, e o aumento da pobreza das nações não desenvolvidas.

Clyde Kluckhohn afirma que o controle e a manipulação de elementos sociais para eliminar a diversidade não conduz à harmonia, mas a conflitos ainda maiores. “*A ordem mundial não pode nem deve significar a redução da diversidade cultural a uma igualdade cinzenta. Nunca foi tão significativo como hoje o paradoxo da unidade dentro da diversidade. Os fascistas tentaram escapar à temível heterogeneidade do século XX mediante o retorno ao*

primitivismo, onde não existem conflitos prementes, nem se apresenta nenhuma alternativa perturbadora, porque existe apenas uma só regulamentação que nada põe em dúvida. A solução democrática, que recebe todo o apoio da ciência antropológica, deve ser a heterogeneidade bem organizada.”

A existência de diferenças entre povos, entre diferentes culturas, diferentes modos de vida, é a fonte principal de harmonia e paz. A diversidade é fundamental à paz. A redução da humanidade a um bloco monolítico, a uniformização do pensamento, a uma cultura global, é fonte primária para a instalação de conflitos, porque, nos lembra Horowitz, gera a intolerância e comportamento autoritário.

Noam Chomsky, na década de 80, concluiu: “*O conflito Norte—Sul não se aplacará, e novas formas de dominação terão de ser criadas para assegurar aos segmentos privilegiados da sociedade industrial a preservação de um controle substancial dos recursos mundiais, humanos e materiais, e dos lucros desproporcionais derivados desse controle. Assim, não surpreende que a reconstituição da ideologia nos Estados Unidos encontre eco em todo o mundo industrial [...]. Mas é absolutamente indispensável para o sistema ideológico ocidental que se estabeleça um enorme fosso entre o ocidente civilizado, com seu tradicional compromisso com a dignidade humana, a liberdade e a autodeterminação, e a brutalidade bárbara daqueles que, por alguma razão — talvez genes defeituosos —, não conseguem apreciar a profundidade desse compromisso histórico, tão bem revelado pelas guerras americanas na Ásia, por exemplo.*”

Os Estados Unidos, como nação hegemônica e detentora do maior poder militar do mundo, tem como forma de manter sua hegemonia, tem a necessidade ideológica de firmar e justificar a dominação cultural.

OBJETIVOS COLIMADOS

A interferência cultural tem como desdobramento principal dois objetivos, um econômico e outro político. O econômico consiste principalmente em conquistar mercados para produtos culturais e estabelecer a hegemonia moldando a consciência popular. O político objetiva o afastamento das pessoas de suas raízes culturais e tradições substituindo-as pelas necessidades criadas pela mídia. Como resultado, o povo fica alienado e com pouca capacidade e vontade de refletir. A interferência cultural é uma extensão da guerra contra-revolucionária através de meios não-militares, nos diz James Petras.

O colonialismo cultural contemporâneo tem um alcance global e seu impacto é homogeneizador: a pretensão de universalismo serve para mistificar os símbolos, os objetos e os interesses do poder imperialista, nos diz James Petras.

Os meios de comunicação de massa são parte integrante do sistema do controle político e social global. Os níveis de exploração, desigualdade e pobreza aumentam e por essa razão formam um público crítico, sobre o qual a mídia atua convertendo-o em massa passiva.

Sobre o poder da mídia, Virílio nos afirma: *“A mídia tem o poder potencial de ser um monstruoso mecanismo de escravidão política invencível, que faria do mundo uma cela para zumbis prisioneiros. Com tal magnitude de poder, pode-se acreditar na existência de um regime de controle e poder, com suportes na mídia.”* Se analisarmos a atuação da mídia nos dias atuais, com relativa facilidade iremos constatar que algo parecido com o que nos diz Virílio parece acontecer.

A dominação cultural é uma dimensão básica de qualquer sistema de exploração global contínua.

A INTERFERÊNCIA POLÍTICA

O processo que faz aumentar o cinturão de riqueza e poder, em torno das nações

mais industrializadas e, conseqüentemente, condenar à morte as nações periféricas, tem na cultura seu grande campo de atuação.

O principal problema da interferência cultural é quando ela tende a restringir ou limitar a independência nacional mediante o condicionamento intelectual da classe dirigente e da parte da população de melhor nível de escolaridade, como acontece no Brasil. Muitos são os cidadãos brasileiros que podemos classificar de colonizados intelectualmente. Tais indivíduos alienam-se de sua condição de nacional, manifestam vontade de que sua nação seja outra ou que se incorpore à nação dominante. Daí decorre o comportamento no sentido de cada vez mais absorver a cultura dominante em detrimento da cultura nacional. O colonialismo intelectual leva à consolidação dos laços de dependência política.

O colonialismo intelectual, como condicionamento cultural que pauta condutas, tende a fazer as coisas de maneira que convém ao poder hegemônico e não da que seria conveniente a cada uma das nações periféricas.

Como principal instrumento de colonialismo tem-se a ideologia. No processo de colonização intelectual, a ideologia é imposta pela nação dominante como elemento de coação. Atua tal qual uma força que mantém em órbita seu satélite. As nações que integram tal sistema, que estão em área de influência, tendem a aceitar a disciplina ideológica e a sofrer com suas nefastas conseqüências, dentre elas se inclui a intervenção e perda de parte da soberania.

Essa situação nos mostra que, no quadro globalizador, controlado e conduzido pelas nações centrais, induz a um quadro de divisão do mundo que não envolve as nações, que não reconhece fronteiras, que envolve tão-somente indivíduos, a divisão entre ricos e pobres. A facilidade oferecida pelos meios de comunicação possibilita a

homogeneização de conhecimentos, padronizando formas de comportamento.

Internacionalização das idéias, mercados e movimentos, como diz Petras, é uma das grandes ilusões de nosso tempo; modernidade, globalização são termos em moda para inibir qualquer forma de solidariedade ou valores sociais. Formas culturais que conduzem à despolitização e à banalização da existência são importadas. Imagens da mobilidade individual, de pessoa que se faz sozinha, do egocentrismo, são difundidas maciçamente pelos meios de difusão. O processo que conduz a subordinação cultural é apoiado pelos dirigentes nacionais, pois contribui para consolidar seu poder.

O conflito do Golfo Pérsico marcou uma nova fase nas relações internacionais. Os principais protagonistas do conflito Leste—Oeste tomaram posições comuns. Pela primeira vez constatamos que as Nações Unidas defendem os interesses das grandes potências e passa a ser controlada diretamente pelo seu Conselho de Segurança. É a globalização controlada pelas nações centrais.

Dentre as lições aprendidas da Guerra do Golfo Pérsico, a mais importante é a que nos mostrou a verdadeira intenção das grandes potências mundiais. Intenções essas travestidas de globalização, de modernidade, ou de uma Nova Ordem Mundial, na verdade uma nova era.

Segundo George Bush, ex-presidente dos Estados Unidos, essa nova era é um império mundial controlado pelos membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (Estados Unidos, Inglaterra, França, União Soviética e China), liderados pelos Estados Unidos. Essa nova era submete as nações periféricas à vontade das nações centrais.

George Bush também afirmou, em discurso na Assembléia Geral da ONU, em 23 de setembro de 1991, que passa a

vigorar um novo conceito de soberania, controle dos recursos naturais e a adoção de políticas econômicas idealizadas pelas nações mais industrializadas e ricas. As nações do Terceiro Mundo continuarão submetidas ao Fundo Monetário Internacional. Seus problemas só poderão ser resolvidos com a abertura de suas economias, livre comércio e o acesso ao livre mercado. Para Bush, a única aparente ameaça à nova era é o nacionalismo ou a defesa da cultura nacional.

A globalização, a modernidade ou a chamada Nova Ordem Mundial, constitui parte das intenções dos centros de poder mundial para, sob a cobertura do Conselho de Segurança da ONU, manter um condomínio de poder global que permita nações centrais sobreviverem às suas convulsões internas, particularmente no campo econômico.

O princípio fundamental da globalização, da modernidade ou da nova era, é a implantação mundial de um sistema de soberanias limitadas, que permita o domínio de amplas regiões do planeta, em especial aquelas ricas em recursos naturais, especificamente energéticos e minerais. Para tanto, são utilizados os mais variados pretextos, como a suposta ameaça do crescimento populacional, o narcotráfico, a degradação do meio ambiente, o que justificaria a preservação de vastas áreas do planeta, como a Amazônia brasileira, como patrimônio da humanidade e, até mesmo, intervenções militares.

As nações mais desenvolvidas, todas localizadas no Hemisfério Norte, procuram ampliar poder e riqueza. Ao adotarem essa postura, passam a ter as nações do Hemisfério Sul como inimigos e procuram neutralizá-los, adotando a estratégia de concentração de poder para dominá-los, e que inclui:

- fortalecimento da ONU através do seu Conselho de Segurança, liderado pelos Estados Unidos;

- restrições ao acesso a armamentos;
- *apartheid* tecnológico;
- ambiente multinacional;
- desgaste do conceito de soberania;
- forças de intervenção do Primeiro Mundo;
- desmantelamento das forças armadas do Terceiro Mundo;
- advento do poder das Organizações não Governamentais.

Dentre os que detêm o poder, fazem parte as grandes empresas transnacionais. Essas empresas promovem a internacionalização da economia, onde vão exercendo o controle dos respectivos mercados. Do grupo, também fazem parte os poderosos da informação. Por isso, as notícias em todo o mundo são controladas na fonte. A opinião pública é formada. As eleições são conduzidas para que vença o candidato de interesse do poder mundial. Isso porque o processo eleitoral é manipulado pelo dinheiro e pela mídia.

Como dito por George Bush, as políticas econômicas das nações em desenvolvimento, como o Brasil, são impostas pelo Fundo Monetário Internacional. Essas políticas são perversas e se destinam a impedir o desenvolvimento e a manter essas nações em estado de pobreza e dependência. Para formar a opinião pública, são desenvolvidas campanhas de distorção da realidade de suas intenções. Tais campanhas também se apóiam no falso êxito econômico de nações que nos são apresentadas como exemplo. Dentre elas, podemos citar o México e a Argentina. Essas nações estão, porém, em estado lastimável. Eles nos antecederam na aplicação da política imposta pelo FMI.

Esse grupo de poder pressiona os governos das nações periféricas a fazerem todo tipo de concessão, sem nada em troca, na área de serviços e de investimentos. Esse grupo, na verdade um clube fechado das nações mais industrializadas e ricas, não aceita o ingresso de novos membros. Os

que não fazem parte são enquadrados na Nova Ordem Econômica Mundial. Essa Nova Ordem Econômica significa abrir o mercado e ser cada vez mais controlado pelo capital estrangeiro. Isso leva as nações em desenvolvimento e as subdesenvolvidas a uma dependência crescente e à transformação de suas economias em exportadoras de recursos naturais, a preços aviltantes.

As nações que visam resistir a tais pressões, às políticas nefastas impostas pelo FMI, às interferências em seus assuntos internos, se tornam alvos de intervenções. Essas intervenções podem ser militares ou não. Certamente são econômicas, principalmente sua forma de taxação de produtos comercializados, restrições ao comércio e outros. Devido ao isolamento a que são submetidas, normalmente essas nações são levadas a capitular e a se submeterem à volúpia malthusiana dos que detêm o poder.

Todas as discussões, envolvendo organização social, ideologias políticas e sistemas econômicos estão, na verdade, orientadas, pelo conflito relativo à posse ou acesso aos bens naturais necessários ao progresso das nações e ao bem-estar do ser humano.

Num mundo continuamente submetido à pressão globalizante, no rumo da “modernidade”, a noção de Pátria perde o sentido, passa a ser submetida pelo sentimento de fidelidade que cada empresa nacional tem pelas transnacionais com as quais transaciona. Em nome da modernização e da competitividade, estamos constatando a transformação dos países em desenvolvimento, em centros produtores de matérias-primas e de artigos industriais cuja tecnologia não implique em ameaça à hegemonia das nações centrais. Estamos regredindo ao início do século XX.

Por isso vivemos num mundo Globalizador, Integracionista; Imperia-

lista; Liberalizante; Mercantilista; Tecnocentrista; Exclusivista; Intervencionista; Coator; Protecionista; Policialesco; Centralizador; Instável; Inseguro, enquanto forma-se um cinturão tecnológico-militar protecionista, nos países mais industrializados. Isso lhes dá condições de monopólio das decisões e do conhecimento.

À GUIA DE CONCLUSÃO

As nações mais industrializadas que compõem o Grupo dos Oito (G-8), concentram enorme riqueza e poder, enquanto as nações subdesenvolvidas estão sujeitas à fome endêmica, doenças e morte prematura, embora detentoras de significativos recursos naturais.

Os graves problemas com que a humanidade se defronta são, principalmente, decorrentes da necessidade de recursos naturais, não renováveis, e necessários à sua existência. Isso faz com que países detentores desses importantes recursos naturais sejam objeto de interesse e de pressão por parte das nações do G-8.

Todas as discussões, envolvendo organização social, ideologias políticas e sistemas econômicos, existentes no mundo atual, estão, na verdade, orientadas, pelo conflito relativo à posse ou acesso aos bens naturais necessários ao homem. Energia, matérias-primas, água potável e biodiversidade estão concentradas nas nações subdesenvolvidas e são, no entanto, esmagadoramente consumidas nas nações do chamado Primeiro Mundo. Esse consumo é de tal ordem que já se fazem estimativas do esgotamento das reservas conhecidas de algumas delas, sobretudo petróleo e gás.

Em 1970, ao ser tratada a questão do aproveitamento dos recursos naturais nas plataformas continentais, na Assembléia Geral do ONU, foi levantado o conceito de “herança comum da humanidade”. As nações centrais imediatamente adotaram

esse conceito. O *Reshaping the International Order*, (RIO) estudo publicado pelo Clube de Roma, em 1974, advoga que o exercício da soberania nacional sobre recursos naturais não era justo e que deveria evoluir para o de “soberania funcional”. Esse novo conceito preconiza que teriam direito aos recursos naturais as nações que deles o necessitassem e não as nações em cujo território se encontrassem.

Em 1977, Henry Kissinger, ex-Secretário de Estado dos EUA, afirmava:

“Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje, se não tiverem à sua disposição os recursos não renováveis do planeta a um preço próximo do custo de relação de troca, pelo reajustamento correspondente dos seus produtos de exportação. Para tanto, terão, os países industrializados, que montar um sistema mais requintado e eficiente de pressões e constrangimentos na consecução dos seus intentos.”

Enquanto são difundidas idéias liberais em relação à economia, que reflete principalmente na posse, comercialização, uso de materiais, pelas nações subdesenvolvidas, torna-se cada vez mais restrito o acesso ao conhecimento científico e tecnológico, necessário a essas nações.

Todo o processo da crise atual é sustentado por uma intensa campanha difundida pelos meios de comunicação social. Essa campanha é dirigida pelos detentores do poder das nações centrais em favor do sistema neoliberal, contra o Estado e contra o Estado Nacional Soberano. Suas diretrizes pregam que a globalização é a internacionalização das economias tendo em vista o “bem da humanidade” e a falência dos Estados como condutores do processo de desenvolvimento, o que conduz ao afastamento do Estado das atividades produtivas, principalmente nos setores altamente estratégicos. Essas idéias visam

atingir frontalmente as nações subdesenvolvidas, detentoras da maior parte das reservas de materiais estratégicos. O desmantelamento do Estado nessas nações, bem como a perda da identidade nacional nos mesmos, facilita a aceitação do discurso de globalização, de soberania funcional ou limitada, a remoção de barreiras representadas pelas fronteiras nacionais e o conseqüente aproveitamento das riquezas naturais dessas nações pelas nações mais industrializadas.

No caso dos países não industrializados, a estratégia das nações centrais em favor da limitação da soberania nacional é clara e vem sendo comandada a partir da posição hegemônica dos Estados Unidos. Os alvos incontestes são a remoção das barreiras de acesso ao mercado, importante para a colocação dos produtos industrializados que garantem emprego em suas nações de origem e a liberação do acesso às fontes de materiais necessários à manutenção dos padrões de vida atuais ou das necessidades futuras das nações afluentes: energia, água potável, matérias-primas, biodiversidade, etc. Dentro desse contexto, é fácil compreender a necessidade de fragilização do Estado e de suas instituições, o incentivo à movimentos separatistas, a preocupação com a preservação da Amazônia, de seu potencial aquífero, mineral, de geração de biomassa e de sua biodiversidade.

Esse enfoque transnacional é apresentado às nações não desenvolvidas como uma boa solução para seus problemas socioeconômicos, muitas vezes como única solução economicamente viável. Em certas circunstâncias, é apresentado como única saída para a convivência internacional em um mundo sem conflitos ou guerras. Essa realidade vem sendo implementada através de organismos internacionais com substancial colaboração de organizações não governamentais.

Dessa forma, a estabilidade de relações internacionais, através do exercício da atividade hegemônica de uma superpotência, implica aceitação automática da idéia de consentimento e um certo grau de cooperação. Nesse sentido, cooperação significa comportar-se de acordo com as regras estabelecidas, direta ou indiretamente, pelos que detêm o poder hegemônico.

Na proposta da Nova Ordem Mundial há quatro pontos que devem ser destacados:

- 1 - Desestruturação e desmantelamento das Forças Armadas dos países periféricos, com ênfase no Brasil;
- 2 - Condicionamento das políticas de governo das nações periféricas aos interesses maiores dos Estados Unidos, como necessidade da segurança continental;
- 3 - Subordinação das culturas nacionais das nações periféricas à cultura anglo-saxônica;
- 4 - Uniformização do pensamento da classe social de maior escolaridade.

Nesse início de século XXI, as nações não desenvolvidas, defrontam-se com a disposição das nações centrais de limitarem suas soberanias, que é uma das etapas do processo que tem como objetivo o congelamento da estrutura de poder mundial. A estratégia visa à construção de um modo só, de modo a que as nações mais poderosas tenham acesso irrestrito aos recursos minerais e energéticos das nações periféricas.

Vivemos, talvez, a mais extraordinária crise do mundo, onde é incrível o sofrimento de grande maioria da humanidade. A continuar tal crise, provavelmente teremos uma nova era de trevas, talvez pior que a dos séculos XII e XIII. Com olhar atento, é possível vislumbrar os quatro cavaleiros do apocalipse: a guerra, a fome, a doença e a morte. Constata-se uma depressão global.

As atividades produtivas estão aquém do necessário para o atendimento às necessidades da população mundial. As nações mais industrializadas enfrentam séria crise econômica. As nações em desenvolvimento mal conseguem respirar. A miséria nessas nações prolifera. O sistema financeiro tem dificuldades para sobreviver. A fome alastra-se na África, onde milhares de africanos perdem a vida. Grandes áreas do continente africano estão despovoadas devido à AIDS. Já se fala em “africanização” da América Latina. A guerra está presente nos quatro cantos do mundo.

Todo esse cenário é consequência do fracasso do que se denominou a “ordem” de Versalles e a “ordem” de Yalta. A “ordem” de Versalles e Yalta chegou ao fim. Foram formuladas dentro de um objetivo principal: evitar o desenvolvimento econômico da Eurásia. O século XX foi destinado a tal proposta.

Não se conhece experiência histórica que tenha permitido a qualquer povo superar suas dificuldades básicas de sobrevivência e bem-estar que não fosse por meio do controle do seu destino. Só é possível construir uma Nação livre e soberana quando seu povo decide seu próprio destino, quando compartilha da lealdade aos interesses nacionais dessa Nação.

A política tradicionalmente praticada pelos investimentos estrangeiros nas nações fontes de matérias-primas, nas nações de economia colonial e reflexa, nas nações em desenvolvimento, tem de ceder o lugar à política diferente, em que o sentido do desenvolvimento se caracterize pela preocupação de criar condições internas para a valorização humana, em ritmo determinado pela nossa capacidade e interesse em superar nossas deficiências.

Importante, porém, é o forte processo de aculturação que a sociedade sofre, trazendo embutido até mesmo a rejeição dos valores e símbolos nacionais.

Expressiva maioria de nossa população não conhece sequer o hino nacional brasileiro. Considerável parcela de nossos concidadãos conhecem mais a história da colonização dos países mais industrializados do que a de seu próprio. Como é possível admitir tal fato?

O processo de desvalorização e desmonte em que vivemos decorre de uma insistente e planejada campanha promovida pelos detentores do poder mundial, como instrumento necessário da estratégia de dividir e destruir para conquistar. Só uma política nacionalista, visando a um Projeto Nacional, poderá mobilizar a consciência e impulsionar a vontade nacional para que a Nação possa se liberar das perversas pressões exercidas pelas nações hegemônicas que nos inviabilizam.

Os países em desenvolvimento terão em breve que decidir entre duas opções antagônicas: manter sua cultura, tradição, nacionalidade, soberania e a decisão quanto ao seu futuro, ou subordinar-se ao condomínio multinacional, sem dignidade, sem amor próprio e sem decidir seu destino.

Urge refletir e constatar que o brasileiro está prestes a tornar-se o estrangeiro de sua terra. Devemos permitir que o nacionalismo estrangeiro domine o nacionalismo dos brasileiros? É preciso pensar no Brasil, no seu futuro pois o Brasil não tem o direito de ser modesto.

POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DA MODERNIDADE

Ao analisarmos as questões pertinentes aos países mais desenvolvidos, identificamos, na cultura, os fundamentos das razões que explicam os vínculos com sua evolução ao longo da história. São vínculos implícitos e assumidos, ou mesmo ocultos, com cada um dos países.

Dentro desse quadro geral, seria de bom alvitre que se indagasse, que relações com

outros países poderiam em princípio ser as mais relevantes? E por que?

Responderíamos que justo aquelas relações que ela mantém com as suas culturas antecessora e sucessora, no processo histórico:

- por um lado, com a cultura (país) que lhe antecedeu, cultura que teve que ser superada (ou recalçada), para que ela pudesse advir em seu lugar, mas que de algum modo permanece subsumida, e que por vezes *retorna* ou se re-surge como num sonho;
- por outro lado, com a cultura que lhe sucederá, sua permanente preocupação, pois é de onde, por suposto, procede a real ameaça à sua dominação ao longo de um certo período de tempo ao longo do processo histórico.

Cada um dos países tem sua cultura própria e de referência, entretanto, além de outras duas associadas a si. A primeira, corresponde ao país que o antecedeu e que determina o seu *querer ser*, que de fato é o seu desejo imanente e a energia que lhe propicia a criatividade que a caracteriza. A segunda corresponde ao país que lhe sucederá e aquele que determinará aquilo que, como defesa de sua posição central, hegemônica, tentará um dia, às vésperas do seu declínio, simular ser. Ele passa a fingir ou a se fazer como a cultura ou país que não é, aquele que lhe sucederá. Ele procura se mostrar como sendo a cultura que virá e não lhe dará chance de permanecer na posição que ocupa no processo histórico. Assim, procura se mostrar como sendo o seu próprio futuro o que faz utilizando-se de todos os artifícios possíveis.

Do ponto de vista lógico, todo país ao se afirmar tem sua cultura automaticamente subsumindo aquela que a precede. O fato da afirmação e conseqüente subsumação, considerando que o homem é, em sua essência, sua própria cultura, guarda profunda semelhança com o que a psicanálise já observou no

processo de estruturação lógico/emocional dos indivíduos.

Tendo-se em conta que a cultura anterior já foi reconhecida e duradouramente exercida, não é possível simplesmente descartá-la. O que pode ser feito, na verdade é, de algum modo, silenciá-la, recalçá-la ou, o que é ainda mais sutil, forçá-la a abandonar o que já foi pensado por outro pensar. Cria-se assim um vazio ou uma falta cujo impossível preenchimento será daí por diante insistentemente perseguido. Aí está o poderoso *motor* oculto das grandes realizações humanas, ou seja, o desejo da cultura. Isto nos faz compreender, afinal, como as culturas, através de um processo de reiteradas substituições, sublimam-se na produção de tantas e tantas riquezas em termos de costumes, instituições, conhecimentos, técnicas e múltiplas artes.

No processo que envolve a lenta mas definitiva superação, a cultura inerente a cada país, tem o sentimento de sua fragilidade frente àquela que lhe virá suceder ao longo do curso histórico-cultural.

Desde sempre, de modo mais ou menos claro, sente qual deve ser o seu inexorável destino. Sabe que acabará superada ou marginalizada pela Cultura associada e imediatamente subsequente à sua.

Entende-se que para conjurar tal tipo de ameaça congênita, não poderia haver nada melhor do que simular ou fingir que de algum modo já se tornou aquela nova cultura ou, pelo menos, que já soube incorporar os seus ameaçadores ao mesmo tempo que fascinantes poderes.

Naturalmente, todas as culturas, com forte energia criativa, têm a determinação imanente de transformar o seu “querer ser” em ser, de fato, a cultura que deverá suceder àquela que no momento histórico ocupa a posição central, nodal e mesmo hegemônica. Essa determinação é responsável por todas as suas realizações,

relevantes ou não. Entretanto, essa determinação, fruto ou razão do forte desejo de transformação do *querer ser* em ser é que a faz caminhar firmemente em direção ao que lhe parece ser seu destino histórico ou seja, a superação de si mesmo através da superação da cultura que lhe é logicamente superior.

Toda cultura ou todo país, quando em situação hegemônica, sentindo que será superado, tanto mais intensamente quanto mais chegada à maturidade, simula ou finge ser o que ainda virá, que, convenhamos, é o melhor que poderia mesmo fazer para tentar impedir que outro país o preceda venha a sucedê-la, embaraçando, dessa forma, o curso do processo da história.

No processo em que um país não quer ser superado, ele usa de todos os artifícios e mecanismos que a possibilitem perpetuar em sua posição intocável, em seu berço, pensado esplêndido, em sua posição superior hegemônica. Dentre os mecanismos usados, a violência se faz presente de modo comum e freqüente. Sem quaisquer constrangimentos ou mesmo valor à vida humana, não se furta a matar, a tomar bens de toda ordem, de outras culturas, mesmo que preventivamente. Qualquer ação, de qualquer tipo, lhe é auto-justificável. Para os outros o argumento é o de uma causa nobre, normalmente em defesa da liberdade ou do ser humano, ainda que o venha a eliminar.

No entanto, na fase de esgotamento do vigor criativo de um país e sua cultura, é o referido mecanismo de fingimento que assume e desempenha a função principal, pois já começam a ser delineados em seu horizonte, ameaçadores, os contornos do novo país que virá sucedê-la.

O golpe decisivo, fatal e final sobre qualquer país e sua cultura, todos o pressentem, só poderá vir mesmo do país que vem assumir uma estrutura ou modo de ser imediatamente superior ao seu, e que de maneira inexorável irá confrontá-lo. E, como não poderia mesmo deixar de ser, o confronto se dará precisamente em seu fingimento. Quando isto vier a acontecer, também não se pode ter dúvidas, será ela acusada justamente de usurpação de um lugar que não lhe era lógica e historicamente destinado.

A visibilidade deste processo de eliminação não deve ser de fácil aceitação para os seus protagonistas na medida em que as forças reais da subversão estarão, necessariamente, ali operando a difícil combinação de um ideário fundamentalista (por isso podem parecer retrógradas) com uma corajosa determinação de instrumentalizar o que até então era tido como valor supremo¹⁶ (por isso podem parecer delirantes).

Um país e sua cultura quando entram na fase de cansaço, de esgotamento das energias que alimentam seu vigor criativo, que vai perdendo sua determinação imanente de crescimento, que vai tendo seu desejo esmaecido, torna-se vulnerável. Essa vulnerabilidade cresce à medida em que vai-se enfraquecendo a determinação de se continuar construindo. Assim, a probabilidade de subversão dessa cultura cresce até que esta seja ultrapassada e subsumida por outra. Assim, ela será então ultrapassada por um novo país, pela cultura de um país que o segue e persegue de perto, de modo a atender seu desejoso desejo, tanto quanto terá sido negado, que estava já em gestação nas suas próprias entranhas, e com a apresentação de atos e fatos¹⁷.

Notas

¹ Este estudo não representa a posição do Governo do Brasil, de seu Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra ou de qualquer instituição do Governo. É produto de estudo, pesquisa e de total responsabilidade do autor

² Lógico no sentido do entendimento de lógica como o saber que teoriza sobre todo tipo de pensamento quando sistematizado.

³ Lógica Hiperdialética Quinquitária é criação de Coelho de Sampaio que em função de suas lógicas desenvolveu toda uma obra filosófica

⁴ Ideologia é uma expressão criada por Destut de Tracy (*Ideologie*, 1801), para designar a *análise das sensações e das idéias*, segundo o modelo de Condillac. Segundo Abbagnano, a ideologia constituiu a corrente filosófica que marca a transição do empirismo iluminista para o espiritualismo tradicionalista e que floresceu na primeira metade do século XIX. O emprego com sentido depreciativo por Napoleão, causado pela hostilidade de alguns ideologistas deu início a história do sentido moderno do termo. A partir daí, deixa de ser empregado para indicar qualquer espécie de análise filosófica para dar nome à doutrinas com relativa validade objetiva mas mantida pelos interesses explícitos ou não pelos que dela se utilizam. Nesse sentido, em meados do século XIX, a noção de ideologia passa a ser utilizada pelo marxismo. No final do século XX o termo é entendido como o conjunto das crenças do materialismo histórico. Para Vilfredo Pareto, a noção de ideologia corresponde à noção de teoria não científica (qualquer teoria que não seja lógico-experimental). Karl Mannheim entende que as ideologias são idéias situacionalmente transcendentais que nunca conseguem de fato atualizar os projetos nelas implícitos. Abbagnano diz que pode-se denominar ideologia, toda crença usada para o controle dos comportamentos coletivos, entendendo-se o termo crença, em seu significado mais amplo, como noção de compromisso da conduta, que pode ter ou não validade objetiva. Assim, o que transforma uma crença em ideologia, não é sua validade ou ausência desta, mas tão somente sua capacidade de controlar os comportamentos em determinada situação. O sentido de ideologia que uso neste estudo é o do discurso localizado à esquerda e à direita do discurso que auto-justifica uma cultura, no caso, a lógica da cultura da modernidade. Ideologia é o discurso contesta uma cultura. É o discurso que tenta subverter aquela cultura, o discurso subversivo, o discurso crítico. Não devemos confundir com o discurso pseudo crítico que contesta alguns aspectos do poder, mas no fundo não contesta a essência daquele discurso do poder. Contesta alguns aspectos não essenciais, não críticos. Assim ele acaba sendo um discurso reacionário, um discurso que ratifica o esquema de poder. O Marxismo é uma teoria capitalista. Capitalismo de Estado, de Estado perfeito logo, no sentido usado nesse estudo não é uma ideologia.

⁵ Este tipo de consideração é fundamental para a compreensão, em profundidade, das relações EUA/Brasil. O primeiro crê representar hoje a quinta-essência (finge), pois na verdade não passa de ser a quarta-essência) da cultura, enquanto que o segundo é um marginal, porém, um dos mais prováveis candidatos à realização da cultura nova quinqüitária. Sob este prisma sabem eles que somos seu mais temível inimigo. Isto não quer dizer que os Estados Unidos da América já seja o último dos modernos e que o Brasil não vá faltar à sua destinação (outro, como

a Índia, pode certamente assumi-la encorajado pelos nossos frequentes *amareamentos*), mas aquela possibilidade está já inscrita nos *inconscientes coletivizados* de todos nós, lá e cá. Por isso, constitui-se no constante pano de fundo de suas amistosas/rancorosas e por isso sempre tensas relações políticas. Exclui-se aqui, por excepcional (de exceção) o atual momento destas relações.

⁶ Abordado em *Teoria da época atual* de Hans Freyer.

⁷ Richard M. Morse M. 1995. O Espelho de Próspero. Cultura e Idéias nas Américas. Editora Companhia das Letras. São Paulo

⁸ Hans Freyer. Teoria da época atual

⁹ Habermas, Jurgen. 1992. Ciencia y Técnica como "Ideologia"

¹⁰ North-South. 1980. A Program for Survival. 1980. The MIT Press. Cambridge. Massachusetts

¹¹ Bartholo Jr, Roberto. 1986. Labirintos do Silêncio. Ed. Marco Zero/COPPE-UFRJ. São Paulo

¹² Coelho de Sampaio em "Crítica da Modernidade".

¹³ Bacon afirma que a ciência só poderá se constituir como conhecimento verdadeiro e fecundo de resultados quando for imposto à experiência sensível a disciplina do intelecto e ao intelecto a disciplina da experiência sensível. Para que tal fosse possível entendia que o procedimento a ser utilizado era o da indução. Entretanto, Bacon diferencia o significado que atribui ao seu entendimento de indução e ao que é atribuído ao entendimento por Aristóteles. Para Bacon a indução aristotélica é puramente lógica, não incidindo sobre a realidade. É apenas indução por simples enumeração dos casos particulares. Entende ainda que ele produz conclusões precárias expostas aos riscos de contra-exemplos que possam vir a desmentir-las. O pensamento indutivo de Aristóteles é apenas produto da contemplação pois não existia a possibilidade de uso que qualquer tipo de medição, enquanto que o pensamento indutivo de Bacon faz-se no universo em que são disponíveis diversos mecanismos de medição.

A indução baconiana fundamenta-se num processo de escolha e eliminação sucessiva dos casos particulares, até que seja alcançada a determinação da verdadeira natureza do fenômeno. Parte dos fatos naturais aos princípios gerais e por fim aos axiomas mais gerais. Bacon entende que o processo de indução busca o estabelecimento da causa das coisas naturais a que ele denomina forma. Ele faz seu princípio e aceita a distinção aristotélica das quatro causas: material, formal, eficiente e final. Bacon, por defender o pensamento indutivo afirma que a lógica da criação científica é indutiva. Isso em nada contraria a lógica aristotélica. Bacon rejeita o aristotelismo tomista. Isso porque São Tomás representa a união entre o aristotelismo e o cristianismo. Isso faz com que a verdade aristotélica combinada com a verdade tomista produza a verdade dedutiva pois a teologia (Tomista) é regida pela lógica dedutiva, não aceitável para Bacon. Isso faz com que seja devido a Bacon o reconhecimento do valor da ciência para a humanidade.

¹⁴ Coelho de Sampaio em O futuro da Psicanálise

¹⁵ Coelho de Sampaio, entende que "a palavra cultura estaria reservada para uma formação social que inaugura um novo modo de ser, ser-com-o-outro, ser-no-mundo e ser-frente-ao-Absoluto, que, para nós estaria vinculada a uma determinada lógica; civilização referenciar-se-ia a uma formação social mais ampla, resultante do processo de horizontalização de uma cultura. Os exemplos mais claros

seriam cultura grega, civilização romana e, mais recente, cultura anglo-saxônica/civilização informacional globalizada” (Coelho de Sampaio, 2000/B).

¹⁶ Como exemplo, temos o cristianismo ao usar o corpo para chegar a arte e a filosofia para fazer teologia. Isso significa o uso da pedra (que vale por si) para fazer significação (arte, escultura) e; a filosofia de transformar-se em serva – a serviço da teologia.

¹⁷ Este tipo de consideração é fundamental para a compreensão, em profundidade, das relações EUA/Brasil. O primeiro crê representar hoje a quinta-essência (finge, pois na verdade não passa de ser a quarta-essência) da Cultura, enquanto que o segundo é um

marginal, porém, um dos mais prováveis candidatos à realização da Cultura nova quinqüitária. Sob este prisma sabem eles que somos seu mais temível inimigo. Isto não quer dizer que o EUA já seja o último dos modernos e que o Brasil não vá faltar à sua destinação (outro, como a Índia, pode certamente assumi-la encorajado pelos nossos freqüentes amarelamentos), mas aquela possibilidade está já inscrita nos “inconscientes coletivizados” de todos nós, lá e cá. Por isso, constitui-se no constante pano de fundo de suas amistosas/rancorosas e por isso sempre tensas relações políticas. Exclui-se aqui, por excepcional (de exceção) o atual momento destas relações.

BIBLIOGRAFIA

Bartholo Jr, Roberto. 1986. *Labirintos do Silêncio*. Ed. Marco Zero/COPPE-UFRJ. São Paulo.

_____. 1992. *A dor de Fausto*. Ed. Revan. Rio de Janeiro.

Canclini, Nestor Garcia. 1995. *Consumidores e cidadãos*. Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Chesterton, Gilbert Keith. 1958. *Ortodoxia*. Livraria Tavares Martins. Porto.

Coelho de Sampaio, Luis Sérgio. 1995. *Dialética trinitária versus dialética quinqüitária*. Instituto Cultura Nova. Rio de Janeiro.

_____. 1984/B. *Informática e Cultura*. Ed. Embratel. Rio de Janeiro.

_____. 1991. *Noções Elementares de Lógica*. (Compacto). Instituto Cultura Nova. Rio de Janeiro.

_____. 1997. *Multiculturalismo: a insidiosa verdade do inimigo*. Rio de Janeiro.

_____. 1997. *Noções de antro-po-logia*. Rio de Janeiro, UAB.

_____. 1998. *A Grande Tarefa de Nosso Tempo: uma nova filosofia* in Revista Brasileira de Filosofia, fasc, 189. São Paulo.

_____. 1998. *Reflexões, moderadamente otimistas, acerca do advento da cultura nova lógico-quinqüitária* in Pensamento Original Made in Brazil. Oficina do Autor/etc/FINEP. Rio de Janeiro.

_____. 1999/A. *Acerca da lógica e da cultura*. Rio de Janeiro.

_____. 1999/E. *A história da cultura segundo Toynbee, Tillich, Hegel e Marx*. Rio de Janeiro.

_____. 1999/G. *Crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro.

_____. 1999/H. *Reflexões, moderadamente otimistas, acerca do advento de uma cultura nova lógico-quinqüitária* in Pensamento Original. Organizadores: Rosane Araujo Dantas e Aristides Alonso. Oficina do Autor. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

_____. 1999/I. *Considerações Gerais sobre a História da Cultura*. Conferência na Universidade de Brasília do evento anúncio do Programa do Laboratório de Estudos do Futuro. Brasília.

_____. 1999/J. *Lógica da Diferença* in Revista Brasileira de Filosofia, fasc. 194, abril/junho. São Paulo.

_____. 1999/K. *Lógica da Diferença*. Rio de Janeiro.

_____. 1999/L. *Considerações Gerais sobre a História da Cultura* in Filosofia da Cultura. Rio de Janeiro.

_____. 1999/M. *Crítica da modernidade* in Filosofia da Cultura. Rio de Janeiro.

_____. 1999/N. *Realizações para- consistente e paracompleta*. Rio de Janeiro.

_____. 2000/A. *Lógica Ressuscitada. Sete Ensaios*. Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

_____. 2000/B. *O futuro da Psicanálise*. Palestra realizada na série de eventos “O Futuro da psicanálise”, promovida pela UERJ, FINEP e estudos transitivos do contemporâneo. Rio de Janeiro.

_____. 2001/1998. *Desejo, fingimento e subversão na história da cultura*. In Filosofia da Cultura – Brasil, luxo ou originalidade. Editora 34. (No prelo). Rio de Janeiro.

_____. *Lacan e as lógicas*. 1992. Original em francês foi solicitado em 1992 por “Cahiers de lectures freudiennes” e até hoje não publicado.

_____. 2001. *Filosofia da Cultura – Brasil, luxo ou originalidade*. Editora 34. São Paulo.

Cuche, Denys. 1999. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Editora Universidade do Sagrado Coração. Bauru.

Deleuze, Gilles. 1992. *Conversações*. Editora 34. Rio de Janeiro.

Earle, Edward Mead. 1973. *Adam Smith, Alexander Hamilton, Friederich*

Featherstone, Mike. 1994. *Cultura Global*. Editora Companhia das Letras. São Paulo.

Freyer, Hans. 1965. *Teoria da Época Atual*. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

Geertz, Clifford. 1989. *A interpretação das culturas*. Livros técnicos e científicos editora. Rio de Janeiro.

Habermas, Jurgen. 1992. *Ciencia y Técnica como “Ideologia”*. Editorial Tecnos S.A. Madri. Espanha.

Henry, Paul. 1937. *Le Problème des nationalités*. Librairie Armand Colin. Paris.

Huntington, Samuel P. 1997. *O choque de civilizações*. Ed. Objetivo. Rio de Janeiro

Kissinger, Henry. 1984. *Diplomacy*. Ed. Simon & Chuster. New York.

Laloup, J. et Nélis J. 1955. *Culture et Civilization*. Ed. Casterman. Paris.

Latouche, Serge. 1994. *A ocidentalização do mundo*. Editora Vozes. Petrópolis.

Marcuse, Herbert. 1967. *Ideologia da Sociedade Industrial*. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

Morin, Edgar & Kern, Anne Brigitte. 1995. *Terra-Pátria*. Editora Sulina. Porto Alegre.

Morin, Edgar. 1996. *Ciência com Consciência*. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

Morse, Richard M. 1995. *O Espelho de Próspero. Cultura e Idéias nas Américas*. Editora companhia das Letras. São Paulo.

North-South. 1980. *A Program for Survival*. 1980. The MIT Press. Cambridge. Massachusetts.

Santos, Jorge Calvario dos. 2000. *Dimensões da Globalização*. Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos Editora. Rio de Janeiro.

Spengler, Oswald. 1993. *O Homem e a Técnica*. Guimarães Editores. Lisboa. Portugal.

_____. 1982. *A Decadência do Ocidente*. Ed. Universidade de Brasília. Brasília.

Tillich, Paul. 1964. *Theology of culture*. Oxford University Press. USA.

Toynbee, Arnold J. 1953. *Um estudo da história*. Editora W. M Jackson Inc. São Paulo.